

Quem fizer um aborto vai pagar taxas moderadoras



Publicado em 22 de Julho de 2015 21:52



Voos Baratos



A

Encontra voos aos melhores preços. Procura em +700 sites de uma vez.



iniciativa do PSD e CDS/PP passou precisamente com os votos isolados da maioria. A partir de agora, quem fizer um aborto vai pagar taxas moderadoras

O Parlamento aprovou esta quarta-feira a cobrança de taxas moderadoras a quem fizer uma interrupção voluntária da gravidez, numa

Últimas notícias



Ermesinde: Homicida de ex-mulher e filho encontrado morto na prisão



Passos: Dêem maioria ao PS, se for essa a vontade dos portugueses



Presidenciais: Podem votar na Maria de Belém, diz Costa



Coimbra descobre molécula eficaz no tratamento do cancro



Não se lembra onde estava há um ano? O Google Maps ajuda-o



Indianos casam com várias mulheres para combater a



As mulheres vivem mais tempo que os homens. Porquê?



Sismos são causados pela promiscuidade das mulheres

ENCONTRE EMPREGO NA SUA REGIÃO!
AGARRE O SEU FUTURO
INSCREVA-SE GRÁTIS



Marinha Grande: Só desviei 30 mil euros!



Os cães raivosos da política portuguesa



Menores de 18 anos deixam de pagar taxas moderadoras

última sessão plenária desta legislatura que ficou marcada por fortes protestos.

Notícias + lidas



Aprenda a cultivar erva-príncipe e limpe o seu organismo



Bar de Alterne A Casa da Mãe kikas



A mentira dos prémios atribuídos pelas televisões



Costa quer ucranianos e brasileiros na Função Pública



António Costa usa linguagem própria de partidos extremistas

parlamento, desde o início. PSD e CDS-PP entregaram depois uma proposta de

alteração,
deixando
cair
uma
das
ideias
defendidas
por
essa
plataforma:
a
de
que
a
mulher
teria
de
passar
a
assinar
a
ecografia
antes
de
realizar
um
aborto.

Mas
a
a
maioria
quis
avançar
mesmo
com
outras
mudanças,
como
tornar
obrigatórias
as
consultas
de
acompanhamento
social
e

psicológico
antes
da
Interrupção
Voluntária
da
Gravidez,
que
também
foi
aprovada
só
por
essas
duas
bancadas.

Do
conjunto
de
medidas
que
constavam
da
iniciativa
de
cidadãos,
PSD
e
CDS-PP
aproveitaram
ainda
uma
que
se
relaciona
com
os
médicos
objetoires
de
consciência,
que
deixarão
de
ficar
excluídos

“das
várias
consultas”
que
envolvem
o
processo.

Isto
quer
dizer
que
mesmo
um
médico
que
seja
totalmente
contra
o
aborto
pode
passar
a
realizar
essas
consultas
a
uma
mulher
que
queira
realizar
a
IVG.
Uma
medida
também
hoje
aprovada
pela
maioria
PSD/CDS-PP.

Alterações
à

lei do aborto aprovadas sob protestos

Manifestantes interromperam os trabalhos do Parlamento, durante a votação da iniciativa legislativa de cidadãos “Pelo direito a nascer” gritando “vergonha, vergonha” e “a luta continua”, tendo sido retirados das galerias pela polícia.

Várias associações de defesa dos direitos

das
mulheres
afirmaram
esta
quarta-feira
que
as
alterações
à
lei
do
aborto,
aprovadas
na
Assembleia
da
República
esta
quarta-
feira,
têm
como
objetivo
arrastar
o
processo
até
ao
ponto
em
que
seja
ultrapassado
o
prazo
legal.

Cá
fora,
nos
jardins
contíguos
à
Assembleia
da
República,
várias

peessoas
pertencentes
a
diversas
organizações
de
defesa
dos
direitos
das
mulheres
mostravam,
mais
uma
vez,
o
seu
descontentamento
pela
aprovação
das
alterações.

Entre

o

Direito

a

nascer

e

a

devassa

da

vida

das

mulheres

Ana
Cansado,
da
União
de
Mulheres
Alternativa
e
Resposta

(UMAR),
mas
em
representação
das
várias
organizações,
defendeu,
em
declarações
aos
jornalistas,
que
estas
alterações
são
ilegítimas
e
que
vão
trazer
vários
problemas
de
saúde,
nomeadamente
a
possibilidade
de
se
voltar
aos
tempos
do
aborto
clandestino,
algo
que
classificou
como
uma
“ameaça
real”.

“Não
vale
tudo,

as
associações
da
sociedade
civil
continuam
alerta
e
será
a
nossa
primeira
medida
a
tomar,
quando
a
nova
Assembleia
tomar
posse,
fazer
todo
o
possível
para
inverter
este
processo”,
disse
a
ativista.

No
entender
destas
associações,
as
medidas
discutidas
representam
uma
“devassa
da
vida
das
mulheres”,

ao
transformar
o
processo
de
uma
consulta
normal,
com
um
clínico,
num
processo
de
convencimento,
nomeadamente
no
que
diz
respeito
à
alteração
do
estatuto
do
objeção
de
consciência.

Segundo
a
ativista,
estes
médicos
que
até
ao
momento
não
participavam
no
processo
por
alegarem
objeção
de
consciência

passam
a
dar
consultas
de
aconselhamento,
o
que
no
seu
entender
será
convencer
as
mulheres
de
que
a
decisão
de
abortar
não
é
legítima.

Algo
que
para
as
associações
é
“inadmissível”
num
Serviço
Nacional
de
Saúde,
justificando
que
as
mulheres
devem
ser
autónomas
para
tomarem
as

suas
decisões
e
devem
ter
respostas,
apenas,
às
suas
dúvidas
clínicas.

Por
outro
lado,
apontou
que
a
introdução
destas
novas
consultas
“traz
um
risco
acrescido
de
se
ultrapassarem
os
prazos
legais”.

“Também
achamos
que
as
mulheres
que
puderem
recorrer
a
outros
sistemas,
que
garantam
a

relação
de
interrupção
voluntária
no
prazo
normal,
o
farão”,
alertou
Ana
Cansado,
sublinhando
que
a
introdução
de
taxas
moderadoras
também
tem
um
peso
significativo.

A
ativista
lembrou
que
já
atualmente,
cumprindo
todos
os
requisitos
legais,
há
o
perigo
de
deixar
ultrapassar
as
dez
semanas
–
prazo

máximo
para
a
realização
da
IVG.

“Introduzir
mais
dois
técnicos,
aconselhamento
psicológico
e
um
aconselhamento
social
(...)
são
fatores
que
vão
introduzir
uma
diversão
neste
processo
que
tem
uma
consequência
temporal”,
advertiu.

No
entender
de
Ana
Cansado,
a
introdução
destas
alterações
não
tem
outra
razão

de
ser
que
não
seja
a
de
“tentar
deturpar
a
lei
e
fazer
com
que
ela
se
torne
ineficiente
na
prática”.

Presentes
nesta
concentração
estiveram,
para
além
da
UMAR,
representantes
da
Plataforma
Portuguesa
para
os
Direitos
das
Mulheres
(PpDM),
que
congrega
15
associações,
a
Associação
para

o
Planeamento
da
Família
(APF),
a
P&D
Factor,
entre
outras.

[Iniciar sessão](#)

Deixe o
seu
comentário

 2

0 comentários

Ordenar por

Principais



Adicionar um comentário...

 [Facebook Comments Plugin](#)

Notícias
relacionadas

Maior tv | informação - música - entretenimento